



O CUIDADOR ESCOLAR COMO AGENTE DE INCLUSÃO

Millena Genuíno França¹
Beatriz Lima de Oliveira²
Kalina de França Oliveira³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a atuação do cuidador escolar nas escolas públicas, para tanto foi abordada, na fundamentação teórica, a perspectiva histórica e a importância desse profissional. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, onde os dados foram colhidos virtualmente com a utilização do *google docs* (formulários google) e o link do formulário eletrônico foi disponibilizado aos participantes da pesquisa. Os cuidadores descreveram, de maneira sucinta, que sua participação no contexto escolar chega à atuação em nível pedagógico e isso nos faz refletir sobre os papéis desenvolvidos por estes profissionais no âmbito escolar. Conclui-se que, embora os cuidadores escolares entendam que participam do processo de inclusão, é possível perceber que ainda não construíram a sua identidade enquanto cuidador escolar, ao passo que cumprem exercícios que por vezes retrocedem a luta da inclusão da pessoa com deficiência e, por vezes, realizam atividades que não estão dentro de suas responsabilidades. Para tanto, sugerem-se investigações futuras acerca do cuidador escolar e da capacitação continuada desses profissionais.

Palavras-chave: Cuidador escolar, Inclusão, Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar dos alunos da educação especial é uma realidade, esses alunos devem ser incluídos nas salas regulares e de forma sistematizada devem receber o suporte pedagógico individualizado, de acordo com suas necessidades, e nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), no turno oposto, receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

Os alunos que dependem de auxílio na higienização, locomoção e alimentação, conforme orientação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), devem receber o atendimento individualizado de um cuidador, no momento em que este estudante estiver no espaço escolar.

Neste sentido, a Constituição Federal (1988) assinala em seu capítulo III, art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com

¹ Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, millena_genuino@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, blima3509@gmail.com;

³ Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, kalina.ufpb.tae@gmail.com.



a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), assegura no art. 58, que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Já em seu art. 59, inciso III, atenta para a necessidade de suporte visando melhor assistência dos alunos que apresentam necessidades especiais como forma de incluí-los nas salas regulares, exigindo professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reitera em seu cap. IV, art. 54, inciso III, atendimento educacional especializado (AEE) às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Tendo em vista o aparato legal que assegura igualdade de condições e permanência de alunos que demandam necessidades educativas especiais durante o percurso pela educação básica, faz-se necessário refletir sobre os recursos que venham a contribuir para uma efetiva inclusão destes alunos no âmbito educacional.

As considerações supracitadas nos conduziram à elaboração do seguinte problema de pesquisa: Como é possível perceber que a atuação do cuidador escolar influencia nos processos de inclusão?

Para responder a esse questionamento, elencou-se como objetivo principal: Investigar a atuação do cuidador escolar nas escolas públicas. Como objetivos específicos: a) Analisar se os cuidadores escolares atuam também no nível pedagógico; b) Identificar as ações desenvolvidas pelos cuidadores escolares.

O processo histórico da educação, associado à educação inclusiva, permite-nos conhecer este importante profissional, que teve sua iniciação no corpo de trabalhadores escolares, efetivando-se até a atualidade como contribuinte de uma escola inclusiva. Diante desse cenário, inserir o cuidador escolar nas temáticas de investigação acadêmica instiga uma maior informação sobre seu papel, assim como seu reconhecimento social.

Deste modo, espera-se que este artigo contribua com o processo de inclusão escolar desses alunos que necessitam do auxílio de um cuidador escolar, e que essa atuação possa contribuir para o processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial no cotidiano escolar.



2. METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, para qual recorreremos virtualmente, com a utilização do *google docs* (formulários google), onde 10 (dez) cuidadores escolares, que atuam junto a alunos público alvo da educação especial, em escolas públicas de ensino regular, responderam voluntariamente ao questionário eletrônico, aplicado no mês de agosto 2020.

O *link* de acesso ao questionário eletrônico foi compartilhado na *bio* da página do *instagram* do Projeto de Extensão Capacitando Cuidadores para Escolas Inclusivas (@capacitandocuidadores) e assim os cuidadores escolares puderam responder individualmente, sendo assegurado o anonimato de suas respostas e o direito de participação voluntária.

Os dados foram sistematizados de forma qualitativa, considerando a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), que permite ao pesquisador conhecer o que está sendo coletado através de técnicas metodológicas, que exploram a temática de diferentes ópticas, através de procedimentos analíticos.

3. PERSPECTIVA HISTÓRICA

A discussão em torno da educação inclusiva no Brasil não é recente, pelo contrário, ela se inicia no século XVI e se estende até os dias de hoje. Nesse período, os lugares sociais destinados às pessoas com deficiência eram os asilos. Tais instituições acreditavam na “crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos anormais” (MENDES, 2006, p. 387).

Já no fim século XIX e início do século XX, com a incapacidade visível dos asilos e a obrigatoriedade da educação para esses alunos, surgem “as classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos com deficiência passaram a ser encaminhados” (MENDES, 2006, p. 387). Classes essas que não tinham professores especializados e que versava apenas uma “recomendação para que, sempre que possível, se empregassem esses profissionais” (FONTES, 2003, p. 34).

Dessa maneira, a educação inclusiva foi se formando distanciada da educação regular. Já na década de 1960, com os movimentos sociais pelos direitos humanos, surge a discussão dos grupos com ‘status minoritários’, uma proposta de educação escolar para todos. Baseado no “argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável



de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças” (MENDES, 2006, p. 388).

Tais movimentos ainda ressaltavam os potenciais benefícios na convivência entre crianças com deficiência e crianças sem deficiência. Como exemplo, os alunos com deficiência poderiam “participar de ambientes mais desafiadores; ter mais oportunidades para observar e aprender com os alunos mais competentes; viver em contextos mais normalizantes e realistas para promover aprendizagens significativas” (MENDES, 2006, p. 388). Já as crianças sem deficiência, os professores poderiam suscitar a discussão sobre “a possibilidade de aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações” (MENDES, 2006, p. 388).

É com esses argumentos morais, políticos e legais que a inclusão vem se transformando e ganhando espaço nas discussões educacionais de todos os segmentos. E a educação especial passa a ser considerada como:

Modalidade de ensino e traz como diretriz a plena integração das pessoas com necessidades especiais em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões: o direito a educação, comum a todas as pessoas, e o direito a receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas ‘regulares’ (FONTES, 2003, p. 38).

Pode-se perceber, a partir de então, uma visão de inclusão ampliada, não se limitando apenas à escola, mas também aos demais segmentos da sociedade. Para a concretização da “inclusão desse alunado no ensino regular é necessário a eliminação das barreiras arquitetônicas e a adequação do material didático-pedagógico conforme as necessidades específicas dos alunos” (FONTES, 2003, p. 38). Portanto, as escolas precisam se reformular para realmente alcançar eficazmente esse novo público.

Contudo, persiste a ideia de que as escolas consideradas de qualidade são as que focam no desenvolvimento cognitivo e avaliam os alunos pelas respostas dentro de um padrão (MANTOAN, 2015). Seguindo a perspectiva inclusiva, Mantoan (2015) critica a ideia recorrente de que uma escola de qualidade é aquela centrada em notas e em resultados inatingíveis para um público diverso. Para a autora, uma escola de qualidade, na verdade, é aquela que promova o desenvolvimento humano na criança, e não focada nos conteúdos formais, que são muitas vezes sem significados para a boa parte dos alunos. Quando a escola preconiza esse outro viés de formação, é possível a inclusão de todos.



Os estudos de Mantoan (2015) revelam que as escolas devem ser espaços de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças possam aprender a ser pessoas. Ou seja, para uma escola se tornar inclusiva e democrática, deve atingir todos os envolvidos, e para isso é necessário não apenas modificar as representações que temos em relação aos parâmetros de qualidade das escolas; mas é necessário também voltarmos nossos olhares para a qualidade dos nossos professores, assim como dos administradores e gestores educacionais, que também possuem papéis importantes na construção de uma escola dita inclusiva.

Em suma, a escola precisa rever vários tópicos para atingir o patamar de escola inclusiva, que seja igualitária e democrática para todos. Tais conceitos e concepções aqui trabalhados serão resgatados posteriormente, para a análise dos dados encontrados.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO CUIDADOR ESCOLAR

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), foi (re)apresentada à comunidade escolar o profissional de apoio escolar, que atuará nas atividades de alimentação, locomoção e higiene do estudante com deficiência, além de atuar em outras atividades escolares em que sua presença seja necessária. De modo que, a inserção desse profissional é de extrema importância para o aprendente e a equipe escolar, mas também é necessário entender a sua atuação para além da letra da lei.

A origem do cuidador está associada a crianças com deficiências, afirma Lima (2018), e essa correlação existe devido a determinações de natureza social, política, institucional, educacional, legal e histórica.

Em meados do século XVII, no Brasil, o objetivo era atender, de modo assistencialista, crianças abandonadas. Quando famílias pobres solicitavam a ajuda do estado para a criação de uma criança com deficiência, o estado encaminhava as crianças às instituições, como se fossem órfãs. Além disso, em outro momento histórico, houve a criação das creches, também oferecida como espaço assistencial. De acordo com Lima (2018), mesmo com a institucionalização, as pessoas com deficiência continuavam sendo segregadas.

No final da década de 70 inicia-se o período de integração, o objetivo era integrar crianças com deficiência no contexto escolar. Ao passo que a preocupação das escolas que recebiam crianças com deficiência era apenas ocupar os espaços, e não de fazê-las pertencerem a estes espaços.



Diante disso, a proposta de uma educação inclusiva inicia-se a partir da Declaração de Salamanca (1996), defendendo que a educação é para todos, independentemente das condições individuais dos aprendentes, devendo ser respeitadas as suas individualidades e permanência nos espaços educativos. De acordo com Lima (2018, p. 28):

O atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passou a ser fundamentada pelas disposições das seguintes leis: Lei de Diretrizes e Bases e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 onde descreve o direito dos “excepcionais” (como eram chamados à época) à educação, de preferência dentro do sistema de ensino regular.

Observada a crescente demanda de crianças com deficiência na escola, foi percebido que o modelo tradicional, diante dessa perspectiva, estava defasado, necessitavam de medidas de inclusão para atender a diversidade dos estudantes, e tais modificações envolviam mais que a estrutura física, como o perfil da equipe escolar e a quantidade de profissionais atuantes.

De acordo com Lopes (2018), a função dos profissionais de apoio tem sido tema polêmico e recente no cenário educacional, ainda pouco discutido em âmbito acadêmico, embora a contratação desse profissional em alguns municípios já seja real. A necessidade de mediar a inclusão está relacionada a atribuições, tais como: cuidados pessoais, locomoção, alimentação e higiene; visto que, devido à demanda de sala de aula, o professor não tem condições de assumir essas responsabilidades.

Diante disso, para a execução dessa atividade, não é requisitada uma formação acadêmica, apenas a conclusão do ensino médio, na maioria dos casos, e a participação na formação continuada durante a sua atuação. Ao passo que, os municípios que solicitam o serviço do cuidador escolar não estão comprometidos em ofertar a capacitação direcionada a essa função laboral e nem assumirem responsabilidade com a formação desse trabalhador.

Nesse sentido, identificar a função do cuidador é importante, pois sua atuação garante o direito de crianças com alguma deficiência, promove a equidade e ajustes necessários para o seu desenvolvimento. Como afirma Silva (2018, p. 32):

A atuação desse profissional está vinculada a inclusão educacional das crianças. Seus postos de trabalho se concretizam nas práticas de uma educação inclusiva. Por meio das práticas educacionais e sua presença é enfatizada e indispensável no cenário educacional brasileiro.

O papel do cuidador se remete ao significado da palavra cuidar, significa querer o bem, estar com o outro, conhecer a singularidade do outro e ser o suporte para superação de suas dificuldades e limitações. O cuidar está relacionado à atitude, o que torna esse ato ainda mais memorável, segundo Boff (1999). A sensibilidade do cuidador está para além das atividades



destinadas, aplica-se também no processo de autonomia do sujeito assistido, na estimulação de sua interação com os demais, além da construção de uma relação de afeto.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) é universalizar o atendimento para crianças de 04 a 17 anos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação, de preferência no ensino regular. Pois bem, com o aumento do número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas há a necessidade de dar suporte a esta demanda e o cuidador escolar figura como o suporte físico neste contexto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de facilitar a compreensão dos dados coletados, os Quadros 1 e 2, a seguir, foram construídos. Eles explicitam os resultados encontrados, além de nortear a discussão dos dados. O Quadro 1 relata a atuação cotidiana do cuidador escolar. Para isso, foi solicitado que os participantes descrevessem, de maneira sucinta, se sua atuação chega a se configurar no nível pedagógico. Observe-o:

Quadro 1 - Atuação do cuidador escolar

Eixo Condutor 1 – Atuação em nível pedagógico		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Planejamento de atividades	P4, P5 e P8	“Ajudo no planejamento das atividades”; “Ultrapassa para o nível pedagógico, junto ao professor na elaboração das atividades e socialização diárias do aluno”; “Às vezes ultrapassa o nível escolar, quando passo a auxiliar para a elaboração de atividades para o aluno”
Auxílio na execução das atividades	P1, P2, P3, P6, P7 e P9	“No meu caso eu o ajudo em atividades escolares”; “Auxilio em suas tarefas com o auxílio da supervisão da professora”; “Mediador do professor da sala”; “Auxilio nas tarefas passadas pelo professor”; “Auxilio na execução das atividades escolares”; “Sim, auxílio nas atividades”
Generalização	P10	“Procuro aprender para ensinar tudo que posso”

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário virtual, 2020.

A inserção do profissional de apoio na equipe escolar, como proposta de uma escola inclusiva, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), traz as atribuições do cuidador escolar diretamente ligadas às atividades de alimentação, locomoção e higiene do estudante com deficiência, além de atuarem onde houver a sua necessidade no espaço escolar.

Ao passo que, segundo as respostas do Quadro 1, os participantes P4, P5 e P8 realizam atividades para além do que compete ao cuidador escolar. O planejamento de atividades é de



função exclusiva do professor, que possui formação acadêmica para tal execução. Segundo Thomazi e Asinelli (2009), a ação de planejar ultrapassa o planejamento propriamente dito, interferindo nas relações que estão para além da escola, e isso nos faz refletir que é fundamental tal ação no contexto escolar, mas que o cuidador não está apto a contribuir de forma incisiva, pois para isso são necessários conhecimentos acadêmicos, concernente ao planejamento de atividades, que colaborem com o progresso da aprendizagem dos sujeitos em voga.

De modo que, também é possível compreender uma identidade de ‘assessoramento na execução das atividades’, através das respostas descritas pelos participantes P1, P2, P3, P6, P7 e P9, que sugerem a função de auxiliar tanto o professor, quanto o aluno com deficiência. O processo de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem possibilita o cuidado não só assistencialista, como também possibilita o respeito as individualidades dos respectivos aprendentes e colabora com a sua permanência nos espaços educativos.

Apesar da pouca compreensão da sua função laboral, é possível perceber, nas entrelinhas das respostas dos participantes, que há uma participação destes profissionais no processo de inclusão.

O P10 generaliza o seu papel, demonstrando que ainda existe dificuldade em reconhecer sua função no espaço escolar, fazendo-nos pensar na luta pela valorização dessa classe operária, que desconhece por vezes o seu papel. E essa luta deve começar pela consideração enquanto profissão legal, no âmbito escolar, pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). De acordo com Silva (2018, p. 40):

Sem a categoria profissional e formação mínima necessário para o trabalho como cuidadores, esses profissionais, muitas vezes, proporcionam inclusão ao educando, no entanto, vão deixando de querer trabalhar nessa função, pelo quadro de desvalorização diante da falta de condições salariais e trabalhistas mais promissoras.

A seguir, o Quadro 2 elenca alguns exemplos de atividades executadas pelos cuidadores participantes da pesquisa. As respostas foram divididas em 4 categorias, que são: acompanhamento escolar, execução de atividades lúdicas, adaptações curriculares e socialização.

Quadro 2 - Atividades e cuidador

Eixo Condutor 2 – Atividades desenvolvidas pelos cuidadores		
Categorias	Participantes	Verbalizações
Acompanhamento escolar	P1 e P8	“Acompanho e ajudo nas tarefas que o professor passa”; “Acompanho na questão da socialização e nas atividades que os professores aplicam”

Execução de atividades lúdicas	P4, P5, P6 e P7	“Na maioria das vezes é mais lúdica e coordenação motora”; “Atividades lúdicas, desenhos relacionados a temas propostos em sala, formação de palavras utilizando jogos e figuras relacionado a palavra, etc”; “Pinturas, colagem, coordenação motora e etc.”; “Jogos educativos, pinturas e leitura”.
Adaptações curriculares	P10 e P2	“Eu acompanhava um aluno no 4º ano. Tirei xerox do livro de história que a professora lia para a turma, e contornava com cola para quando a professora lesse lá na frente ele pudesse imaginar. Porque o certo era a professora audiodescrever a história recontando-a. Fiz mapa com EVA, fiz massinha para explicar muitas matérias de matemática, fiz livro recontando a história e em braille, tudo com cola de alto relevo, ensinei a fazer conta com soroban, expliquei a prancheta de braille. Mas o que ele queria mesmo era aprender como os amigos. A professora ditava e as crianças escreviam. Não sabia como ensiná-lo a escrever. Esse foi um desafio que não consegui dar para ele”; “Cada ano fico com uma criança diferente, mas de acordo com a professora tentamos elaborar recursos com atividades de acordo com a necessidade da criança”.
Socialização	P3	“Conversas informais e incluir nas atividades da classe”.

Fonte: Dados obtidos por meio de aplicação de questionário virtual, 2020.

Em um apanhado geral, é possível enxergar uma correlação entre as respostas, quando os participantes ressaltam a ludicidade. É fato que, um planejamento curricular deve ser executado de acordo com a individualidade do aprendente. No entanto, deve-se entender que, consoante Franco (2007), as adaptações curriculares, sejam elas quais forem, são para acomodar os alunos, ou seja, devem levá-los em consideração, antes de tudo. Dessa forma, a permanência dos alunos em sala não deve ser alcançada por meio de pinturas, recortes e colagem, registrada nas respostas de mais de um dos participantes, isso não sinaliza a adaptação curricular e nem corrobora com a construção de uma escola inclusiva, de acordo com Mantoan (2015), uma escola considerada de qualidade precisa estimular uma aprendizagem racional no aspecto cognitivo do desenvolvimento.

Portanto, uma escola inclusiva é uma escola democrática e deve ser construída para todos; pensar na socialização de modo isolado, como a resposta do participante P3, parece um processo que retrocede a luta pela inclusão, lembrando um modelo retrógrado, onde as pessoas com deficiência continuam sendo segregadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou responder o questionamento acerca de como é possível perceber que a atuação do cuidador escolar influencia nos processos de inclusão. Inicialmente, procurou-se



realizar uma revisão bibliográfica e estabelecer reflexões sobre a educação inclusiva e, sobretudo, compreender os próprios cuidadores escolares neste contexto.

De modo que, foi necessário problematizar, a partir de uma perspectiva histórica, a necessidade do surgimento da figura do cuidador, como participante do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, desde o período da institucionalização até sua contribuição efetiva nos dias de hoje, como profissional de apoio escolar.

A pesquisa, portanto, alcançou seu objetivo em investigar a atuação do cuidador nas escolas públicas. Em razão da pandemia covid-19, não foi possível a aplicação dos questionários presencialmente, utilizando para a realização desta pesquisa o formulário no *Google docs*, que garantiu apenas a coleta de dados necessária para a análise.

Ao analisar os dados obtidos, foi possível confirmar que, a atuação do cuidador na prática está acontecendo, por vezes, de forma mecanizada; as medidas de inclusão trazem consigo a inserção do cuidador com o intuito de contribuir com o processo inclusivo, mas é necessário promovê-lo enquanto participante ativo dessa luta, fazê-lo entender o seu papel e sua valorização enquanto profissional. De modo que, ciente da sua função laboral, possa atuar de forma reflexiva no atendimento ao aluno que necessita de seu auxílio.

Portanto, é sugerido também que outras investigações possam continuar contribuindo cientificamente acerca da temática dos cuidadores escolares, como a necessidade de capacitação continuada desses profissionais, visando assim a melhoria para todos os envolvidos no processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento da Ação**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.



BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FONTES, Rejane S. **História da Educação Especial no Brasil.** Revista Presença Pedagógica, v.9, n. 54, nov/dez. 2003.

FRANCO, Valéria Korik. **Adaptação Curricular.** 2007. Disponível em: <<http://caminhosdainclusao.blogspot.com/2007/08/adaptao-curricular.html>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola.** Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 219f.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCAR, 2018. 169f.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Summus editorial, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência.** Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães; ASINELLI, Thania Mara Teixeira. **Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas.** Educar em Revista, n. 35, p. 181-195, 2009.